



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ILANA CAROLINE BARBALHO COUTINHO

**ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO DA UFRJ E SUA RELAÇÃO COM O ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO**

RIO DE JANEIRO
SETEMBRO DE 2015

ILANA CAROLINE BARBALHO COUTINHO

**ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO DA UFRJ E SUA RELAÇÃO COM O ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dr^a Giseli Barreto da Cruz

RIO DE JANEIRO

SETEMBRO DE 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ILANA CAROLINE BARBALHO COUTINHO

**ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO DA UFRJ E SUA RELAÇÃO COM O ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO**

Monografia de Graduação

Prof^a Dr^a Giseli Barreto da Cruz

Orientadora

Prof^a Dr^a Priscila Andrade Rodrigues

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Marta Lima de Souza

Examinadora

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2015.

RESUMO

COUTINHO, Ilana Caroline Barbalho. **Estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ e sua relação com o estágio não obrigatório.** Rio de Janeiro, 2015. Monografia (Curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O presente trabalho se propõe a investigar sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ sobre o estágio não obrigatório (remunerado) e a sua formação docente. Haveria por parte dos discentes um sentido atribuído por eles na diferenciação dos estágios obrigatórios/não obrigatórios (remunerado)? Que sentidos são esses? Qual é o papel do estágio não obrigatório (remunerado) na formação profissional de pedagogos docentes? Seu objetivo consiste em analisar o papel do estágio não obrigatório (remunerado) na formação profissional de pedagogos docentes a partir da captura da percepção atribuída pelos estudantes a esse tipo de estágio. A estratégia metodológica utilizada foi a aplicação de questionário e o referencial teórico foi construído com base nas ideias de Lüdke (2013), Pimenta (2005/2006) e Zeichner (2010). Participaram do estudo 91 discentes entre o 3º e o 10º período do curso. Os resultados indicam que a realização do estágio não obrigatório (remunerado) exerce grande atratividade aos estudantes do curso por questões de ordem financeira e de experiência profissional. Cinco sentidos, em especial, são atribuídos pelos participantes a esse tipo de estágio: preparação; autonomia; responsabilidade; vinculação e liberdade de escolha.

Palavras chave: Formação de professores/pedagogos; Estágio supervisionado; Estágio não obrigatório (remunerado).

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha Mãe,
meu maior exemplo, que me mostrou e
ensinou que a educação é que nos transforma.
Obrigada pelo amor e apoio incondicional!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por tudo! E por ter me sustentado nessa caminhada até aqui.

A minha mãe pelos constantes incentivos, os lanches na madrugada, você é meu alicerce. Te amo! Agradeço ao meu pai, meus irmãos, meus tios, primos e demais familiares que torceram pela minha vitória!

Aos meus amigos (as), que me aconselharam e alegraram a cada obstáculo que aparecia nessa caminhada... vocês são essências na minha vida. Os mais próximos são Alexandre, Aline, Camila, Isabela e Fernanda.

Aos meus amigos (as) dessa jornada acadêmica, que foram muitos, e por vários momentos me auxiliaram e permitiram um amadurecimento pessoal e profissional. A extraordinária colaboração na minha pesquisa que tornou possível este trabalho. Meu muito obrigado a todos!

A professora Giseli pela paciência que teve comigo e a generosidade ao dividir seus conhecimentos. E por confiar a mim à realização dessa pesquisa, dando vida a essa monografia. Muito obrigada!

A professora Marta que aceitou prontamente meu convite, muito obrigada! E por me apoiar nessa caminhada acadêmica, sempre me instruindo com muita alegria.

A professora Priscila que aceitou o convite, desde já muito obrigada! Agradeço por fazer parte da minha banca examinadora.

E a mim mesma, pois tive disciplina e força para continuar nessa caminhada que não é fácil, e exige sacrifício e prioridade.

Obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NA FORMAÇÃO DOCENTE	10
1.1 O INTERESSE PELO TEMA	10
1.2 POSICIONANDO O ESTUDO	13
1.3 CONTATO COM A LITERATURA	16
CAPÍTULO 2: CONCEPÇÕES DE ESTÁGIO	23
2.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE	23
2.2 O PAPEL DO ESTÁGIO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA	28
CAPÍTULO 3: SENTIDOS SOBRE OS ESTÁGIOS DURANTE O CURSO DE PEDAGOGIA	36
CONCLUSÕES	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXO	56

INTRODUÇÃO

Corresponder às legítimas necessidades expostas pelo dia-a-dia escolar é um desafio que se coloca à atividade profissional docente que, atualmente, excede a prática de aplicar uma teoria aprendida ou reproduzir procedimentos utilizados em outros contextos anteriores que não dialogam com a realidade contemporânea.

Nesse sentido, muitas exigências estão postas à formação de professores, sendo uma delas o estágio. Longe de ser um momento de aplicação de teoria, ele representa uma das possibilidades concretas de aproximação do futuro professor com seu campo de atuação, não mais na perspectiva de aluno, que frequentou a escola durante boa parte de sua vida, mas na de futuro trabalhador.

Os estágios supervisionados curriculares obrigatórios possuem relevância nos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil e não é por acaso que estão presentes nas propostas curriculares desde 1930 com palavras adjetivas como obrigatório, supervisionado, assistido, orientado, no intuito de definir essa etapa da formação acadêmica. Isto porque buscam representar concretamente a chance de vivências exclusivas da docência. Espera-se que o estágio possibilite experiências que transcendam a mera obrigação curricular, possibilitando uma real aproximação com a prática pedagógica.

Nessa direção, parecem sempre necessários estudos que discutam o estágio como espaço de contribuição para uma formação propícia à reflexão crítica, à articulação entre a teoria e prática, à produção de saberes próprios ao ofício docente, minimizando os déficits da formação inicial através da aproximação e problematização do cotidiano escolar com sua diversidade e pluralidade.

O curso de Pedagogia despertou meu interesse pela formação de professores e, nesse contexto, pelos estágios. Ao longo do curso fui desafiada a realizar cinco estágios supervisionados curriculares obrigatórios, além da possibilidade, sempre presente para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de realizar estágios remunerados não obrigatórios. As experiências de um lado e de outro me provocaram vários questionamentos, sempre referentes ao papel dessas vivências na minha formação de pedagoga docente. Sem dúvida, foram os estágios, com todos os limites que possuem,

que permitiram o conhecimento da escola a partir de outro lugar, mediante o desempenho de outro papel.

Desempenhar o papel de estagiária exige disponibilidade, vontade, discernimento e determinação para obter equilíbrio entre as exigências da Universidade, através das propostas de cada professor de Prática de Ensino do curso de Pedagogia, e as possibilidades concretas das escolas, campos da prática. Entre o cumprimento obrigatório, a relação, por vezes, burocratizada para cumprir horas e construir relatórios e as possibilidades vigorosas de aprendizagem, emergem muitos desafios, sendo um deles o de atribuir sentido ao processo vivido.

Ao permitir aos futuros professores a interação como o campo de atuação, o estágio caracteriza-se como um período imprescindível na formação. Por esta razão, privilegio neste trabalho o tema estágio, mas com ênfase no estágio remunerado não obrigatório e sua contribuição para a formação. O estágio supervisionado curricular obrigatório inicia o discente no exercício da atividade docente. Desta forma, sua organização e as vivências desenvolvidas por meio dele são fundamentais. Mas, o estágio remunerado não obrigatório também pode favorecer essa aproximação. Por que não voltar o foco para ele?

Assim, decidi ouvir meus colegas estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE/UFRJ), com o intuito de investigar os sentidos por eles atribuídos ao estágio não obrigatório na sua formação docente.

Para tanto, organizo este trabalho monográfico em três capítulos: No primeiro, apresento a proposta de estudo; no segundo, dedico-me à discussão teórica; e no terceiro, apresento os resultados do trabalho com os participantes deste estudo.

Este trabalho se propõe a contribuir para o debate, sempre presente e atual, sobre os estágios na formação inicial de professores, em especial, no contexto do curso de Pedagogia.

I- O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NA FORMAÇÃO DOCENTE

1.1- O interesse pelo tema

Para uma melhor compreensão acerca do tema, começarei apresentando a definição do termo estágio. Segundo o dicionário:

Estágio s.m. Período de estudo prático exigido dos candidatos ao exercício de certas profissões liberais: Estágio de engenharia; estágio pedagógico. / Período probatório, durante a qual uma pessoa exerce uma atividade temporária em uma empresa./Aprendizagem, experiência.¹

Com essa definição, fica aclarada a ideia de que o estágio representa um estudo prático exigido para conclusão de um curso, como meio de favorecer a relação teoria/prática através da aplicação de conhecimentos aprendidos na formação. Entretanto, se indagar aos discentes sobre estágio, é possível verificar que prevalecem opiniões de descontentamento em relação a esta importante fase da formação profissional. O estagiário do curso de Pedagogia nem sempre reconhece a relevância do estágio no cenário profissional como alguém que se prepara para a docência ou para a gestão educacional.

De modo geral, os relatos dos discentes a respeito do estágio obrigatório apresentam uma visão de aplicabilidade do seu aprendizado no campo de atuação. No entanto ouvimos menções do tipo “*algo que não serve para nada*”, “*eu só ficava olhando*”, “*a professora não me deixava fazer nada*”. Diante desses apontamentos foco no estágio remunerado para saber se as opiniões dos discentes são mantidas nas menções ou se mudam em relação ao estágio obrigatório.

Em contato com estudantes do curso de Pedagogia, constatei que alguns discentes fazem estágio remunerado durante sua formação acadêmica². Esse estágio

¹ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/estagio/>>.

² Fato comprovado no questionário aplicado para fins de realização desta monografia.

proporciona aos discentes uma bolsa mensal pelo serviço prestado, porém ele não é uma exigência para a conclusão do curso de Pedagogia.

A opção em trabalhar o tema sobre o estágio não obrigatório remunerado na formação docente decorre principalmente de duas razões: a primeira ligada ao meu interesse em compreender o papel que esse tipo de estágio exerce na formação docente e a segunda por não encontrar produção acadêmica com relatos de estagiários referentes às suas vivências durante esse tipo de atividade.

Uma breve incursão pela história dos estágios na formação de professores e, mais detidamente, na legislação sobre ele possibilitou-me verificar que a criação do estágio supervisionado nas escolas brasileiras data de 1942. Portanto, há 73 anos o estágio integra a formação de professores e, desde então, se constitui em um tema desafiador quanto ao modelo, formato, duração, supervisão, atribuições próprias dessa fase da preparação prática do professor. Houve avanços e retrocessos nesse período de mais de sete décadas, mudanças nas concepções sobre estágio, na legislação educacional a seu respeito, porém, ainda permanece com força a necessidade de estudos e de pesquisas sobre ele.

No contexto educacional, o estágio surgiu como ponto alto no processo de aprendizagem desenvolvido pela educação industrial. Atualmente, ele é considerado central para a formação de professores e é justamente essa área da Educação que congrega as principais discussões a seu respeito. Pela sua relevância, as universidades possuem setores específicos para cuidar administrativamente da área de estágio, primando pelo aprendizado, integridade física e garantias dos direitos dos estagiários, usando preventivamente uma apólice de seguro coletivo. Nesse contexto, a legislação vigente fundamenta juridicamente todos os processos garantidores relativos à educação/estágio, utilizando-se de Pareceres, Normativas e Leis.

No que se refere à distinção entre estágio curricular obrigatório e estágio não obrigatório, a Lei do Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 distingue do seguinte modo:

- O Estágio obrigatório – “É o estágio definido como obrigatório no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma” (§ 1º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

- O Estágio não obrigatório – “É o estágio desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, e parte do projeto pedagógico do curso” (§ 2º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

O Parecer nº 21/2001 do CNE define o estágio curricular como:

[...] um tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário (PARECER CNE Nº 21/2001, p.10/11).

Nesse cenário, compreendo o estágio como obrigatório para obtenção de um diploma, correspondendo à realização de um exercício por tempo determinado, que segue um rito específico com um resultado nem sempre satisfatório, apesar do esforço coletivo por parte dos docentes e discentes na formação acadêmica oferecida na universidade.

Segundo Pimenta e Gonçalves (1990), a finalidade do estágio é a de propiciar ao aluno uma *aproximação à realidade* na qual atuará. As autoras defendem uma nova postura, uma redefinição do estágio que deve caminhar para a reflexão, a partir da realidade e não algo apenas burocrático.

É possível verificar que existe um hiato entre o Estágio obrigatório e o Estágio não obrigatório (remunerado), apesar de ambos serem atividades de aprendizagem profissional. O primeiro conta com um profissional para dinamizar as tarefas do conteúdo proposto, ou seja, a supervisão acadêmica. Mesmo que haja relatos dos discentes sobre a dicotomia entre a teoria e a prática, nesta etapa, a prática supervisionada ocupa um importante papel na relação entre esses dois polos da formação. O estágio remunerado aparece na pesquisa que desenvolvi de forma atraente para uma parcela dos discentes por ser facultativo, permitindo autonomia na realização de suas atividades acadêmicas e laborais, visto que ele possibilita uma melhoria econômica aos discentes, ajudando no custeio familiar, permitindo mobilidade/locomoção, trazendo uma tranquilidade ao mesmo, no que se refere aos

custos na formação, como reprodução dos materiais das disciplinas, lanches, passagens, lazer/cultura.

Quando discorro sobre o estágio de um modo geral, a princípio vem à mente a área laboral e não propriamente a formação acadêmica. É o campo de atuação que importa. É o trabalho docente, a escola, as ações a serem desenvolvidas em seu contexto, o ensino a ser realizado... São questões relacionadas ao agir profissional, como se este estivesse dissociado da formação acadêmica. De imediato, as interrogações aparecem: não seria o estágio um meio de aproximação com o campo da futura prática profissional a partir e com base na formação acadêmica desenvolvida? Não seria ele o elo entre a teoria e a prática? Por que, então, pensar na perspectiva laboral sem relação aparente com a formação acadêmica, com os estudos desenvolvidos, os fundamentos que lhes dão base? Organizadas as ideias, fica clara a percepção que um sem o outro não tem fundamento, não tem liga, não tem sustento. Por que, então, essa postura tão pragmática, quase burocrática, com uma etapa tão importante e nodal da formação? É possível que esta postura não seja a prevalecente entre os estudantes de um curso de licenciatura. Porém, eu e muitos colegas compartilhamos desse sentimento quando se trata do estágio curricular supervisionado obrigatório, mas nem tanto quando se trata do estágio não obrigatório remunerado. Por que será?

1.2- Posicionando o estudo

Este trabalho se insere no campo dos estudos sobre a formação de professores. Encontro nesses estudos grandes desafios enfrentados na área de estágio, em especial no que se refere à relação entre o que estudamos no curso e o que aplicamos no campo de estágio. Diante das problemáticas que enfrentei durante os estágios que realizei e das experiências que protagonizei no decorrer dos estágios não obrigatórios que desenvolvi, percebi que seria importante investigar esse tema para fins de construção deste trabalho monográfico.

Nesse sentido, o presente estudo se propõe a investigar sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ sobre o estágio não obrigatório (remunerado) e a sua formação docente. Haveria por parte dos discentes um sentido atribuído por eles na diferenciação dos estágios obrigatórios/não obrigatórios

(remunerado)? Que sentidos são esses? Qual é o papel do estágio não obrigatório (remunerado) na formação profissional de pedagogos docentes?

Assim, tenho por objetivo analisar o papel do estágio não obrigatório (remunerado) na formação profissional de pedagogos docentes a partir da captura da percepção atribuída pelos estudantes a esse tipo de estágio. Não me proponho a realizar um estudo comparativo entre estágio curricular supervisionado obrigatório e o não obrigatório. Nem tão pouco, defender um em detrimento do outro. Mas, considerando que vários estudantes do curso de Pedagogia, desde os períodos iniciais, antes mesmo de realizarem os estágios curriculares supervisionados, integram-se ao futuro campo de sua atuação como estagiários remunerados, muitas vezes, sem orientação e supervisão, interesse-me por compreender como eles se posicionam frente à importância ou não desse estágio para sua formação.

Para fundamentar as ideias discutidas neste trabalho, recorro às contribuições de Lüdke (2013), Pimenta (2005/2006) e Zeichner (2010), sistematizadas no capítulo dois. E para desenvolver o trabalho junto aos estudantes, optei pela aplicação de um questionário.

Empreguei como instrumento de coleta de dados o questionário. Estou ciente que poderia optar pela observação ou entrevista, pois ambos permitem uma abordagem intensa, em certos casos, porém,

O questionário tem por função principal dar à pesquisa uma extensão maior e verificar estatisticamente até que ponto são generalizáveis as informações e hipóteses previamente constituídas (COMBESSIE, 2004, p.55).

O questionário foi montado por mim e revisado pela minha orientadora, de forma a retirar qualquer ambiguidade existente nas questões antes da aplicação do mesmo aos discentes. Com a aplicação do questionário, pretendeu-se investigar o sentido atribuído pelos estudantes sobre o referido estágio não-obrigatório (remunerado) para sua formação docente. O resultado do questionário servirá de suporte para futuros trabalhos sobre o tema, até então pouco discutido, seja em sala de aula ou em trabalhos acadêmicos.

Quanto à aplicação do questionário é basilar que se faça testes prévios. Segundo Combessie,

Seja qual for o modo de aplicação previsto, todo questionário deve primeiro ser testado, isto é, dado a um número limitado de pessoas escolhidas em meios sociais diferentes para verificar se a aplicação não suscita dificuldades imprevistas (extensão do questionário, compreensão das perguntas, pertinência das respostas e encadeamentos previstos...). O modo de aplicação do teste será idêntico ao previsto para a pesquisa, seja pelo pesquisador, seja na forma de questionário “auto-administrativo” (preenchido pelo entrevistado) (COMBESSIE, 2004, p.57).

Observa-se que o texto pontua a relevância sobre a aplicação do questionário em meios sociais diferentes, para que as dúvidas apresentadas sejam corrigidas antes da sua aplicação ao público alvo. Para fins desta monografia, o objetivo volta-se para uma temática (o estágio) que não exigia a aplicação em meios sociais diferentes, mas foi imprescindível o pré-teste para que o objetivo fosse alcançado de modo satisfatório.

O questionário aplicado³ continha 10 questões abertas e fechadas, sendo respondido pelos estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ, do 3º ao 10º período, contemplando os três turnos: matutino, vespertino e noturno, no período de março a abril de 2015. A delimitação dos períodos acadêmicos justificou-se pelas exigências dos processos seletivos, que, em sua maioria, solicitam alunos a partir do 3º período. Participaram do questionário 91 (noventa e um) estudantes que estavam com a matrícula ativa no ano letivo de 2015.

O processo de aplicação dos questionários ocorreu em diversas turmas do curso e em diversos momentos antes e após as aulas. Considerando que conheço muitos estudantes do curso, foi possível alcançar os participantes sem muitas intercorrências. Utilizando a técnica de aplicação pelo questionador, conhecida como face a face.

O modo de aplicação privilegiado é o face a face; ele permite os melhores ajustes quando da construção do questionário (perguntas-filtro, escolha entre ler ou não ler às pessoas interrogadas a lista das respostas fechadas...) e durante a aplicação (possibilidade de levar ao esclarecimento de uma resposta...); é desse tipo também que se pode esperar a maior taxa de respostas ao maior número de perguntas (COMBESSIE, 2004, p.57-58).

³ Em anexo.

Os participantes demoraram em média dez minutos para responder todo o questionário. Houve um caso excepcional em que uma discente levou quase 25 minutos para responder todas as perguntas.

1.3- Contato com a literatura

Para mapear a produção a respeito do tema estágio, fiz levantamento de literatura nos seguintes periódicos: Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, Educação em Pesquisa, Educação em Revista, Educação e Sociedade, Pro-Posições e Revista Brasileira de Educação. Fiz uma busca nessas revistas, iniciando a pesquisa no ano de 2010 e finalizando no ano de 2015. Pesquisei cada exemplar dos últimos cinco anos, buscando a relação com o tema estágio na formação docente, localizando apenas quatro trabalhos, sobre os quais discorro a seguir.

O trabalho intitulado *“Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado”*, de Micaías Andrade Rodrigues, publicado no ano de 2013 na Revista Brasileira de Educação, v.18, n.55, no período de out-dez, se detém a abordar o estágio supervisionado durante os cursos de formação de professores em nível superior, ou seja, no contexto dos cursos de licenciaturas. Assim, o autor separa quatro diferentes perspectivas que serão de suma importância nessa etapa, pois estão envolvidas diretamente com o estágio supervisionado de ensino. São elas: 1ª a legislação vigente no Brasil sobre o estágio; 2ª o pensamento de alguns teóricos da atualidade sobre o estágio supervisionado e sua função; 3ª alunos que estão matriculados na disciplina de estágio supervisionado; 4ª professores que recebem e supervisionam os estagiários.

Para Rodrigues (2013) a profissão docente foi e infelizmente ainda é desvalorizada por infinitas situações a que são submetidas esses profissionais, como baixos salários, dupla jornada de trabalho, escolas sem infraestrutura, agressão física e verbal, dentre outras. Mesmo tendo as leis, portarias, pareceres e resoluções, para garantir nossos direitos e melhores condições de trabalho, ainda faltam adequações para esses profissionais. O autor conta com o apoio de alguns autores para seu embasamento teórico que são: Dario Fiorentini, Dermeval Saviani, Diniz Pereira, Maurice Tardif,

Selma Garrido Pimenta, dentre outros que abordam temas como estágio e formação docente.

Fiorentini (2008), segundo aponta Rodrigues (2013), afirma que pesquisas sobre o estágio mostram que se queremos formar professores capazes de produzir conhecimentos curriculares e de transformar a prática/cultura escolar é preciso que eles adquiram uma formação inicial que lhes proporcione uma sólida-base teórico-científica relativa ao seu campo de atuação. Isso requer um tempo longo de estudo e desenvolvimento de uma prática de socialização profissional acompanhada de reflexão e investigação, tendo a orientação/supervisão de formadores-pesquisadores qualificados. Para esse autor, a experiência da prática tem um impacto na construção do futuro docente, em sua maneira de ministrar as aulas de forma a se aproximar da realidade do discente e não só aplicar conteúdos sem uma relevância para aquele indivíduo durante sua trajetória escolar.

Nessa direção, Rodrigues (2013) sinaliza que,

(...) houve um consenso em relação à função do estágio, com quase metade dos alunos investigados (48,6%), considerando essa disciplina capaz de acrescentar experiência e conhecimento de sala de aula, e com 59,7 % dos alunos sugerindo que a melhor maneira de prepará-los para a futura prática docente é por meio de discussões e debates, mostrando uma postura crítica, ativa e reflexiva (RODRIGUES, 2013, p.1030).

Assim a participação dos professores, denominados professores colaboradores e o professor da disciplina de estágio, precisa estar próxima ao discente nesse momento de prática, para que as reflexões sobre as situações escolares não fiquem desarmônicas e desconexas. Há uma sugestão interessante nesse estudo, de que os estágios deveriam ser feitos em forma de rodizio de escolas, alternado, mas sempre em escolas públicas.

De acordo com a pesquisa de Rodrigues (2013), “(...) 53,8% dos professores investigados acreditavam que o estágio servia para mostrar a realidade aos alunos estagiários, bem como para que esses pudessem adquirir experiência de sala de aula” (RODRIGUES, 2013, p.1030).

Há uma articulação na fala dos alunos e a concordância dos professores investigados, onde o crédito ao estágio proporcionará o contato direto do discente com a sala de aula.

Continuando com a minha pesquisa encontrei o artigo com o título *“Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?”*, de Alexandre de Pádua Carrieri, Ana Alice Vilas Boas e Nathália de Fátima Joaquim, publicado no ano de 2013, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.39, n.2, p.351-365, no período de abr-jun. Esse trabalho está dividido em seis partes: 1- introdução, 2- origens do estágio docente no Brasil, 3- um breve panorama sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu e as atividades de ensino e pesquisa, 4- procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, 5- resultados que nos ajudam a pensar sobre como o aluno torna-se professor e 6- considerações finais.

A pesquisa de Joaquim, Vilas Boas e Carrieri baseou-se em duas perguntas: Qual é o sentido atribuído por esses alunos ao desenvolvimento e ao envolvimento com o estágio docente? Qual é o sentido do estágio docente para você? Existem várias repostas, mas a resposta de consenso foi a preocupação à aproximação com a prática em sala de aula.

Como abordado anteriormente foram ressaltadas as contribuições, o sentido e a motivação. Apesar de a formação superior ter sido instituída pela Corte Portuguesa no Brasil em 1808, somente em 1942 é que foi criado o estágio supervisionado nas instituições de ensino brasileiras como uma alternativa para complementar a formação teórica dos alunos. No Decreto-Lei nº 4073, de 30 de Janeiro, no artigo 47 (...), o estágio é apontado como um período de trabalho, realizado pelo aluno, sob controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial. Essa recomendação de estágio estava voltada para o ensino industrial, em nível de ensino secundário, atual ensino médio.

No contexto da teoria e prática surge outro fato, que um bom teórico nem sempre é um bom professor, mas os estagiários veem no estágio uma possibilidade de desenvolver capacidades técnicas a fim de construir uma postura docente. Há um cuidado dos autores da pesquisa em suas colocações, visto que a maioria dos estagiários eram bacharéis não possuindo formação em licenciatura, apenas stricto sensu.

Além disso, o formato do estágio docente brasileiro é cunhado em uma preocupação extremante pragmática sobre o que se deve ensinar, como ensinar e para que ensinar determinados conteúdos, mas muito raramente se preocupa com o porquê de se ensinar tais conteúdos (e não outros) e o porquê de se desenvolver esse tipo de estágio em

programas de pós-graduação (JOAQUIM, BOAS e CARRIERI, 2013, p.355).

Esses questionamentos são próprios de uma formação didática preocupada com a qualidade do conteúdo a ser desenvolvido na hora de esquematizar o plano de aula. Essa problemática não é uma realidade somente nos programas de pós-graduação, mas também dos cursos graduação em Pedagogia, onde há um hiato entre o conteúdo e realidade vivida do discente. Desta forma, o estágio precisa ser um dos elos entre a prática e a teoria.

O artigo *“Formação de professores no Brasil: características e problemas”*, de Bernadete Gatti, publicado no ano de 2010, Educação & Sociedade, v.31, n.113, Campinas no período de out-dez, focaliza quatro aspectos: o da legislação relativa a essa formação; as características sócio educacionais dos licenciados; as características dos cursos formadores de professores; os currículos e ementas de licenciatura em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas.

Nessa direção, Gatti (2010) faz uma pequena digressão histórica sobre a formação de professores no Brasil, lembrando que a formação de docentes as “primeiras letras” em cursos específicos foi proposta somente no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Estas correspondiam à época ao nível secundário e, posteriormente, ao ensino médio, a partir de meados do século XX. Essas escolas permanecem colaborando para um ensino de qualidade até a data atual, sendo referência no ensino médio.

O texto faz um pequeno levantamento histórico sobre a formação de professores no Brasil, e a trajetória do texto trás as abordagens juntamente com as leis no final dos anos 1930. Na formação de bacharéis nas universidades existentes nessa época, acrescentava-se um ano com disciplinas da área de educação para a obtenção da licenciatura, direcionada à formação de docentes para o “ensino secundário”, sendo conhecido não somente na Pedagogia, mas também em outros cursos superiores como “3+1”.

Quanto ao curso de Pedagogia, a Resolução nº 1 de 15 de Maio de 2006, o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais, propondo-o como Licenciatura e atribuindo a Formação de Professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa de Gatti (2010) confirma que

existe uma feminização na docência, pois 75,4% dos licenciados são do sexo feminino. Trata-se de uma profissão feminina, com perfil socioeconômico que situa-se com renda familiar entre 3 e 10 salários mínimos.

Dando prosseguimento ao perfil do docente/discente encontro um problema bastante atual, que diz respeito às aprendizagens dos alunos. Existem vários fatores para esse motivo existir. Mas a partir disso, os olhares sobre as licenciaturas foram se intensificando, visto que isso atinge diretamente a formação inicial dos professores, pois não podemos ensinar conhecimentos básicos se não os dominamos minimamente, e se não tivermos esse olhar sensível ao mundo desse aluno.

Para Gatti (2010), a formação profissional é o conjunto de características de uma profissão que enfeixa a racionalização dos conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício profissional, e que a profissionalização de professores implica a obtenção de um espaço autônomo, com valor claramente reconhecido pela sociedade. Com esse conceito saímos da ideia do professor missionário, para um professor que tem condição de resolver problemas complexos e variados.

O quarto trabalho identificado intitula-se ***“Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares”***, de Irton Milanesi, publicado no ano de 2012, no periódico Educar em Revista, Curitiba, Brasil. n. 46, p. 209-227, out/dez, Editora UFPR. O autor exhibe a concepção de estágio presente no pensamento dos professores regentes e a avaliação que esses docentes fazem quanto aos aspectos que consideram positivos no estágio. Esse texto é parte de uma pesquisa realizada sobre o título “O estágio supervisionado na formação docente: a prática pedagógica dos estagiários a partir da visão dos professores regentes das escolas-campo”. A partir da questão, o que é o estágio supervisionado para você e das respostas condizentes com essa pergunta, foram encontradas diferentes classes para estruturar a análise. Segundo a pesquisa, estágio é “(...) O momento de o estagiário colocar em prática as teorias aprendidas na universidade ou da relação entre teoria e prática” (MILANESI, 2012, p.211).

De forma empírica, através de conversas com discentes do curso de Pedagogia da UFRJ, percebi que um grande percentual compartilha desse mesmo ponto de vista.

A relação entre o estágio e a docência é de insociabilidade, mas, para concretizar uma aprendizagem digna, é preciso haver um amadurecimento profissional por parte do

discente, pois segundo Tardif (2000), os saberes profissionais dos professores são *temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados*, portanto, o aprendizado desses saberes se constrói em longo prazo. Nessa visão, o estágio deve propiciar aos futuros professores *a busca contínua para sua formação*.

A escola é o ambiente de aprendizagem formal, onde está diretamente relacionada ao educar,

Dessa forma, são criadas as condições, para que esses acadêmicos não só *conheçam* o seu futuro lugar de trabalho, mas que *compreendam* que a realidade escolar não é somente a aparência do que veem - um espaço formal e estruturado para que as ações pedagógicas aconteçam (MILANESI, 2012, p.211).

Nesse contexto, reflito que apesar da formação oferecida aos futuros docentes em sala de aula ser fundamental, não é suficiente para formá-los e prepará-los para o pleno exercício de sua profissão, tornando-se necessário a inserção na realidade do cotidiano escolar.

No contexto do texto de Milanesi (2012), merecem destaque as quatro perspectivas que os professores regentes pontuam sobre o estágio: contato com a realidade da comunidade escolar, com a profissão e da troca de experiência; observar todos os aspectos da realidade da estrutura física, administrativa e pedagógica da escola; aprendizagem da docência, em que o estagiário é avaliado; presenciar a realidade de sala de aula, reavaliar seus métodos e adaptá-los.

De fato, todos esses espaços escolares citados pelos professores regentes, são preocupações pertinentes onde o estagiário está inserido e tem por finalidade oportunizar uma atuação com expertise nas situações que necessitam lidar com as adversidades.

Encontro no relato do discente entrevistado no trabalho de Milanesi (2012), que o estágio é um momento crucial na tomada de decisão para escolha profissional, tal como se pode verificar na fala a seguir:

[O estágio é] o momento para o acadêmico decidir sobre a carreira que deseja seguir, ou seja, verificar se é isso mesmo que ele deseja e, principalmente, “se leva jeito com a coisa”, pois, educação não é uma brincadeira ou uma oportunidade [apenas] de emprego para quem não consegue[...]. (P²²M)” (MILANESI, 2012, p.216).

É notória a preocupação do discente nessa narrativa reflexiva sobre o seu futuro, e seu cuidado em perceber se tem identificação com as atribuições da profissão de docente ou não, onde a escolha não é feita apenas pelo “gostar” de criança ou pela influência familiar.

O levantamento da literatura sobre o tema e em especial a análise dos quatro trabalhos selecionados contribuem para afirmar a necessidade de mais estudos sobre o estágio na formação docente. A inquietação manifestada ao longo de meus estágios, ao perceber sua importância, mas também constatar as suas limitações, se junta ao que evidenciam as pesquisas da área e me motivam saber quais são os sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ sobre o estágio não obrigatório e a sua formação docente.

II - CONCEPÇÕES DE ESTÁGIO

2.1- A importância do Estágio na formação docente

É fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador (FREIRE, 1996, p.38).

Ultimamente a educação vem sendo alvo de muitos debates. Diversas pessoas, profissionais, políticos e interessados, se manifestam sobre o tema por motivos variados. Não que antes esse debate não ocorresse, mas, mais agora, por conta talvez da difusa discussão sobre qualidade da educação. Para muitos, o debate é crucial por entender que a sociedade só avançará quando for entregue/devolvido aos cidadãos o direito de estarem e permanecerem em uma sala de aula. Deixo aclarado que a escola não é a única responsável pela transformação da sociedade, mas, exerce papel importante nesse processo. Desta forma, pensar na formação de professores é imprescindível, pois são eles os agentes responsáveis diretamente pelos processos educativos de diferentes gerações, no contexto escolar, através do ensino.

Considerando que o estágio representa uma parcela importante na formação docente, dedico-me a investigar sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ sobre o estágio não obrigatório (remunerado) e a sua formação docente.

Zeichner (2010), aponta para um problema crônico, referente aos cursos de formação inicial de professores. Trata-se da discrepância referente ao currículo acadêmico e a parcela da formação docente que ocorre nas escolas. Em um primeiro momento de sua argumentação ele utiliza de sua experiência como formador de professores, usando os conceitos de “hibridismo” e “terceiro espaço”, para abordar os trabalhos em andamento em programas formativos nos Estados Unidos. Diz ele:

Um dos desafios mais difíceis, para mim, durante esses anos, tem sido o de mobilizar energia intelectual em meu departamento para reforçar as conexões entre o que os nossos estudantes-professores fazem nos

seus estágios em escolas e comunidades e o restante da formação docente (ZEICHNER, 2010, p. 481).

A ideia de um terceiro espaço vem da teoria do hibridismo e distingue que indivíduos retiram, de múltiplos discursos, subsídios para fazer um significado de mundo. Sobre isto, Zeichner defende que:

Terceiros espaços envolvem uma rejeição das binaridades tais como entre o conhecimento prático profissional e o conhecimento acadêmico, entre a teoria e a prática, assim como envolve a integração, de novas maneiras, do que comumente é visto como discursos concorrentes – em que uma perspectiva do isso ou aquilo é transformada num ponto de vista do tanto isso, quanto aquilo (ZEICHNER, 2010, p. 487).

Segundo Zeichner (2010), o conceito de terceiro espaço diz respeito à concepção de espaços híbridos nos programas de formação inicial de professores que reúnem professores da Educação Básica e do Ensino Superior, e conhecimento prático profissional e acadêmico em inovações para aperfeiçoar a aprendizagem dos futuros professores. Essa ideia mostra-se desfavorável à discrepância tradicional entre escola e universidade e à valorização do conhecimento acadêmico como a fonte de domínio do conhecimento para a aprendizagem sobre o ensino, próprio dos modelos tradicionais de formação de professores. Os terceiros espaços reúnem o conhecimento prático ao acadêmico de modos menos hierárquicos, tendo em vista a criação de oportunidades de aprendizagem para professores em formação.

Assinalo que tanto o espaço acadêmico quanto as escolas de base com seus professores são capazes de produzir conhecimento que fundamentam a aprendizagem dos alunos. Desta forma, o terceiro espaço permite equilibrar essa desconexão entre conhecimento acadêmico e conhecimento prático.

A discussão de Gorodetsky e Barak (2008) de “comunidades [ou zonas] de transição” nas parcerias entre escolas e universidades na formação de professores – que constituem uma espécie de terceiro espaço – traz o argumento de que esses espaços híbridos incentivam um status mais igualitário para seus participantes, diferentemente do que acontece nas parcerias convencionais entre escolas e universidades (ZEICHNER, 2010, p. 487).

Assim, encontramos nessa citação a importância que os diferentes espaços de educação contribuem para uma formação crítica e reflexiva. E o hibridismo é esse cruzamento que permite uma maior visibilidade entre os conhecimentos produzidos, mostrando-nos que o professor precisa estar preparado para a pluralidade presente em nossa sociedade.

Nesse contexto, Zeichner (2010) analisa a divisão entre a formação de professores na universidade e nas escolas. Ele discute que o tradicional modelo de “aplicação da teoria” pressupõe que os professores em formação devam aprender as teorias na universidade para, depois, ir às escolas e praticar ou aplicar o que foi aprendido no espaço acadêmico. Esse aspecto parece não ser muito diferente entre nós.

Uma das possibilidades que Zeichner aborda é a de que a aprendizagem docente ocorra na e a partir da prática, ao invés de na preparação para a prática. Essa proposta decorre de sua inquietude diante do fato de que no período de estágio supervisionado, muitas vezes não ocorrem oportunidades que possibilitem o diálogo entre professor da escola, estagiário e professor da universidade, visando uma aproximação que propicie a relação entre as dimensões teóricas que o discente/estagiário está estudando no curso e a prática que ele está fazendo na escola. Seria necessária a troca por parte de ambos, onde os conhecimentos trabalhados no curso sejam introduzidos na escola de forma a renovar a prática desse regente e esse discente/estagiário amplie seu conhecimento e amadurecimento para indagar-se: “Por que o professor fez assim naquela matéria? Eu faria diferente?”.

Concordo com Darling-Hammond (2009) apud Zeichner (2010), que resume o que é falta de vinculação entre a formação e a prática. Para esses autores, a falta de conexão entre a formação na universidade e o campo da prática representa o calcanhar de Aquiles da formação de professores. Desta forma conseguimos ver nesta citação o quão essencial é o lugar do estágio na formação. Segundo Zeichner,

Pesquisas têm mostrado claramente que as experiências de campo constituem importantes ocasiões para que se efetive a aprendizagem docente mais do que meramente épocas nas quais os futuros professores podem demonstrar ou aplicar coisas previamente aprendidas (ZEICHNER, 2010, p.484).

Ao mostrar-nos que os saberes são “bem-vindos”, seja ele produzido pelo professor regente de uma sala de aula ou pelas unidades acadêmicas de formação de professores, é imperativo repensar a nossa ação como docente e refletir sobre ela, não importa onde estamos nessa escala hierárquica, o importante é buscarmos uma compreensão maior sobre as práticas e buscar estratégias.

Retomo a ideia de Darling-Hammond (2009) sobre sua comparação da educação com a mitologia grega que tem a expressão “Calcanhar de Aquiles”. De fato parece que o estágio é o ponto vulnerável da formação docente. A origem da expressão “calcanhar de Aquiles” foi criada para designar o ponto fraco de alguém. Segundo a mitologia grega, Aquiles, filho do rei Peleu e da deusa Tétis, tornou-se invulnerável quando, ao nascer, foi banhado pela mãe nas águas do rio Estige. Apenas o calcanhar por onde Tétis o segurou não foi molhado e continuou vulnerável. “Algumas variantes dizem que Aquiles foi flechado no calcanhar por Páris, que conhecia seu segredo. Mas não há citações em Homero sobre a morte do herói”, diz o mitólogo Murachco⁴. Há outras versões que falam que ele nasceu para sempre vencer, mas tinha uma fragilidade que não era visível, se o seu calcanhar fosse ferido terminava seu heroísmo, seus adversários não sabiam da sua fragilidade, por isso já entravam na batalha derrotados pelo temor a Aquiles. Chamo atenção para esse personagem da mitologia grega, que mostra que mesmo comemorando as glórias, havia um ponto de fragilidade. Trazendo essa visão para o campo da educação, o estágio é o lugar instável que precisa ter um olhar mais cuidadoso, já que é essencial para a formação do futuro docente.

Lüdke (2013), levantando questões em torno da “profissão” docente, também contribui com essa discussão ao focalizar o papel do estágio no processo de junção entre a teoria e a prática. Concordo com a autora quando ela aponta que a sociedade acredita que a formação docente é responsável pela baixa qualidade da educação. Sabemos que o professor é insubstituível dentro da sala de aula, onde está presente sua maior atuação, mas a educação de qualidade também depende de infraestrutura adequada e salários dignos para os professores.

Lüdke (2013), aborda uma situação do cotidiano do professor do ensino fundamental, por ele ensinar aos alunos ler, escrever, contar... conteúdos que todo

⁴ Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cotidiano/calcanhar-aquiles-lenda-grega-explica-origem-ponto-fraco-436519.shtml>>

indivíduo que foi escolarizado possui. Assim, muitos acreditam que lecionar é fácil. Mas sabemos que não é, pois exige uma preparação e dedicação enorme por parte do docente e equipe escolar, envolvendo domínio de conteúdo, didática, gestão da sala de aula, conhecimento dos alunos e de seu contexto, planejamento, avaliação, capacidade de trabalhar entre pares etc.

Vale ressaltar que o professor utiliza-se da Didática que pode ser entendida como teoria e prática do ensino. Através do estudo desta área, podemos conhecer concepções de ensino e estratégias a serem desenvolvidas pelo docente para desenvolver o processo ensino-aprendizagem. Por isso a etapa do estágio é uma etapa de suma importância na vida do futuro professor, visto que se espera que através dela esses saberes desenvolvidos no curso de formação encontrem sentido na prática.

Assinalo uma distância entre o magistério e a definição corrente da profissão, como nos mostra Lüdke,

destaca-se a situação do professor como empregado ligado a uma instituição, sendo interessante constatar a esse respeito que é nessa situação que ele pode, talvez, se aproximar do que se concebe comumente como profissional, pelo senso comum, pois em seu trabalho independente, como “professor particular” ou “explicador”, ele se encontra mais afastado. Ele se “profissionaliza” ao se integrar como trabalhador em uma instituição de ensino (LÜDKE, 2013, p.120).

Um ponto vulnerável do magistério está ligado diretamente a qualificação profissional, pois apesar da sua formação, a etapa de ensino que o professor escolher para atuar faz a diferença no cenário educacional. Quando faz a escolha pela educação básica é visto como um professor com ganhos menores, como se não reconhecessem que é basilar para o crescimento e desenvolvimento infantil, diferentemente do magistério superior que traz uma visão notória de uma qualificação continuada (Mestrado, Doutorado, Pós-doutorado), tendo ganhos maiores, porém aquém do merecido.

Nos nossos dias na administração pública, apesar de termos sindicatos e ministério em favor da classe docente, falta uma política pública para atuar nos cargos e salários, sendo sempre motivo de lutas, para reivindicar o que é nosso por direito.

Ser professor é carregar consigo a responsabilidade de compartilhar o conhecimento com todos, apesar da realidade apresentada no cenário da educação, como infraestrutura inadequada, falta de material didático, dentre outros aspectos que já venho abordando durante o estudo monográfico. É o desafio para o cumprimento dessa tarefa é uma formação acadêmica de qualidade e continuada, sendo capaz de ultrapassar as problemáticas existente no nosso dia-a-dia escolar. Desta forma volto o meu olhar para o tema estágio que muitas vezes não é visto como essa etapa imprescindível. Nesse sentido, Lüdke:

Trouxe esse exemplo, de alguém que conheço pessoalmente, para provocar nossa reflexão sobre o que seria possível planejar em relação ao papel confiado ao estágio e como esse papel não vem sendo desempenhado à altura, sendo mesmo considerado como “fictício”, como ouvi recentemente em um debate sobre o tema, de uma das conferencistas. Ela tinha razão ao usar essa expressão, pois não é raro ouvirmos de estagiários, que fazem parte de nosso grupo de pesquisa, sobre professores que se prontificam a assinar o comprovante de frequência de estagiários, que deveriam estar presentes em sua sala de aula, mas dos quais preferem se ver livres, dada a grande carga de trabalho que enfrentam e o pouco sentido que veem no estágio (LÜDKE, 2013, p.125).

Nessa citação, há uma reflexão pertinente sobre o tratamento dispensado por partes dos professores; é sabido as dificuldades dos docentes em lidar com os estagiários em sala de aula, parece que os mesmos são um apêndice, portanto não são vistos como futuros pares profissionais, impingindo um tratamento inadequado.

2.2- O papel do estágio no currículo do curso de Pedagogia

Pimenta e Lima (2005/2006) contribuem para a formação de professores e pedagogos a partir da discussão sobre a relação entre a teoria e a prática presente nas atividades de estágio. As autoras questionam as práticas que “imitam modelos escolares” e as práticas escolares que priorizam a “instrumentalização técnica”. As autoras tratam o estágio como um instrumento pedagógico que contribui para romper a dicotomia teoria e prática.

Encontramos depoimentos de alunos no artigo de Pimenta e Lima (2005/2006), referente ao distanciamento entre a teoria e a prática, que também identificamos entre os

participantes deste estudo. Refiro-me, em especial, à desgastada ideia de que “na prática a teoria é outra”, que a profissão se aprende na “prática”, dentre outras falas que comprovam essa dicotomia. Assim, a teoria não dialoga com a prática e a prática não é vista com a devida importância, prevalecendo o déficit em ambos os aprendizados para nossa formação como futuro professor.

Concordo com as autoras quando problematizam os currículos de formação.

Notemos:

Na verdade, os currículos de formação têm-se constituído em um aglomerado de disciplinas, isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Assim, sequer pode-se denominá-las de *teorias*, pois constituem apenas *saberes disciplinares*, em cursos de formação que, em geral, estão completamente desvinculados do campo de atuação profissional dos futuros professores formandos (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.6).

A disparidade entre a teoria que estudamos no curso de formação de professores e a atuação que precisamos desenvolver para construir nossa prática profissional docente tem representado um hiato a ser superado. Olhando para as minhas situações de estágio, fico a pensar que uma análise do portfólio que entregamos ao finalizar cada prática de ensino do curso de Pedagogia da FE/UFRJ poderia fornecer subsídios para o enfrentamento desse hiato. Os portfólios apresentam descrições e análises de situações de estágio, constituindo indicadores para repensar conteúdos, métodos e rever práticas curriculares, pois as observações estão diretamente ligadas ao dia-a-dia da escola e suas problemáticas.

O estágio é essa “ponte” entre a teoria e a prática. Percebo como um elo, uma vez que o estágio permite essa ligação entre ambos, ora acerca do trabalho desenvolvido nas atividades e desempenho de tarefas, ora adequando-nos a problematizar e refletir sobre nossa profissão.

Ao analisar o currículo vigente do curso de Pedagogia da FE/UFRJ, é possível verificar que de 2.385 horas totais, 900 horas são destinadas aos estágios supervisionados e práticas de ensino, envolvendo cinco estágios distribuídos do 5º ao 9º período do curso. Ainda assim, em paralelo a esses estágios supervisionados obrigatórios, o aluno encontra tempo para fazer o estágio remunerado não obrigatório. Os estágios do curso de Pedagogia são os seguintes:

- 1° - Práticas de Ensino de Magistério de Disciplinas Pedagógicas;
- 2° - Prática em Política e Administração da Educação;
- 3° - Prática de Ensino de Educação Infantil;
- 4° - Prática de Ensino das Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- 5° - Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Educação de Jovens e Adultos.

A partir do 5º período do curso iniciamos as práticas de ensino e seus respectivos estágios. Cada componente desse corresponde a 180 horas, distribuídas da seguinte forma: 90 horas de observação, coparticipação e regência na escola parceira, 30 horas de atividades acadêmicas complementares fora da escola e da Universidade e 60 horas de prática de ensino na FE/UFRJ, espaço de problematização do estágio. As Atividades Acadêmicas Complementares podem ser realizadas em visitas a exposições culturais, assistir filmes no cinema que haja relação com o tema educação, peças teatrais relacionadas à educação, assistir palestra acadêmicas, dentre outras atividades.

Separando as horas específicas de estágio, temos:

90 - Horas na instituição de ensino
X5 - Quantidade de Estágios;
———
450 - Totais de horas em todos os estágios

Diante do cálculo apresentado, temos metade do total de horas (900) reservado para a prática através do estágio no currículo do curso. Questiono se 450 horas são suficientes para preparar o futuro docente através do estágio?

Nesse sentido Rodrigues (2013) aponta no seu artigo que as trezentas horas definidas pelas diretrizes curriculares do curso são o tempo mínimo do qual não se consegue dar conta das exigências de qualidade. Tornando-se necessário acrescentar ao tempo mínimo já estabelecido em lei (300 horas) mais um terço (1/3) desta carga, perfazendo um total de 400 horas. O currículo do curso de Pedagogia da FE/UFRJ prevê bem mais que isto. Porém, para atender as exigências de cinco estágios.

Dando prosseguimento à argumentação a favor da relevância da prática e não só da teoria, Pimenta e Lima (2005/2006) discutem a prática como imitação de modelos, mostrando que a imitação pode ser um modo de aprender. Esse processo se dá a partir da observação do aluno, por meio da imitação, mas é preciso que o mesmo pense no que pode fazer de diferente ou igual, tendo uma análise crítica para essa ponderação. Porém, “(...) Nem sempre o aluno dispõe de elementos para essa ponderação crítica e apenas tenta transpor os modelos em situações para as quais não são adequados. (...)” (PIMENTA; LIMA, 2005/2006, p.7), o que merece atenção.

Na abordagem da prática como instrumentalização técnica, Pimenta e Lima (2005/2006) argumentam que é imprescindível conhecer a técnica para desenvolver o trabalho, aperfeiçoar as habilidades, tendo sempre em mente a importância de um olhar sensível a cada situação, pois cada situação requer de nós uma preparação. A técnica sem a prática não é suficiente para equacionar os conflitos que surgem no âmbito escolar, mostrando mais uma vez que a teoria e a prática não devem ser tratadas isoladamente. No dizer das autoras:

No entanto, as habilidades não são suficientes para a resolução de problemas com os quais se defrontam, uma vez que a redução às técnicas não dá conta do conhecimento científico nem da complexidade das situações do exercício desses profissionais. (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.8).

A prática e a teoria são indissociáveis e o campo do estágio nos permite orientar, planejar, avaliar, aperfeiçoar atitudes profissionais, todavia nem sempre os estágios ocorrem dessa forma. O estágio na prática como instrumentalização técnica:

(...) fica reduzido à hora da prática, ao como fazer, às técnicas a ser empregadas em sala de aula, ao desenvolvimento de habilidades específicas do manejo de classe, ao preenchimento de fichas de observação, diagramas, fluxogramas (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.9).

Olhando para o estágio de outro ângulo, localizo a possibilidade do estagiário como delator. Notemos:

Essa percepção traduziu-se em modalidades de estágio que se restringem a apenas captar os desvios e falhas da escola, dos diretores

e dos professores, configurando-se como um criticismo vazio, uma vez que os estagiários lá iam apenas para rotular as escolas e seus profissionais como “tradicionais” e “autoritários” entre outros (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.10).

Desta forma, ainda encontro professores receosos em receber discentes em suas salas, ainda mais quando começamos a fazer as anotações para a construção do nosso portfólio⁵. Percebo a apreensão por parte dos mesmos, porém os estagiários estão em sala de aula para apreender, é uma etapa obrigatória da formação. Eles não têm o poder de julgar ou avaliar de forma a exercer alguma influência de macular ou decidir sobre suas carreiras ou cargos.

Para Pimenta e Lima (2005/2006), a profissão docente é uma prática social, com o poder de interferir na realidade social e não ficar com a pecha que somos bons de teoria, mas com pouca prática. Há diferenças epistemológicas entre teoria e prática, porém com igual relevância para a formação acadêmica. Vejamos as definições que as autoras apresentam. A prática é;

a prática educativa (institucional) é um traço cultural compartilhado e que tem relações como o que acontece em outros âmbitos da sociedade e de suas instituições. Portanto, no estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores se apropriem da compreensão dessa complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais, como possibilidade de se prepararem para sua inserção profissional. É, pois, uma atividade de conhecimento das práticas institucionais e das ações nelas praticadas (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.12/13).

Desta forma, a prática permite que esse profissional seja inserido no âmbito acadêmico, vivenciando a cada dia as situações ocorridas nesse espaço, onde a aprendizagem tem por finalidade assegurar uma formação que dialogue com a realidade.

De igual importância neste contexto apresento a definição da teoria:

(...) O papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p. 12).

⁵ Trabalho final para conclusão das disciplinas de prática.

Assim, as teorias nos orientam, norteiam, para que possamos nos fundamentar, mas também as teorias podem ser substituídas, “melhoradas” na medida em que aprofundam-se os estudos naquela área ou problemática e nunca deixarmos de questionar, pois as indagações e dúvidas contribuem para modificar e transformar a sociedade.

O aprofundamento dado por Pimenta (1994), parte da pesquisa realizada em escolas de formação de professores, introduzindo a discussão da práxis, na tentativa de superar a dicotomia entre a teoria e prática. Assim, defende que o estágio, não é atividade prática, mas atividade teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida como a atividade de transformação da realidade.

Felício e Oliveira (2008) apresentam algumas reflexões e discussões, decorrentes de uma investigação qualitativa, sobre a importância e o papel do Estágio Curricular na formação prática de alunos. A pesquisa é realizada com alunos concluintes do Curso Normal Superior da Universidade do Vale do Paraíba. Eles compreendem a prática enquanto práxis, pois através da reflexão podemos mudar a realidade escolar. Veremos diante dos relatórios apresentados e nos discursos dos alunos, as aprendizagens práticas consideradas essenciais durante o estágio.

Esse artigo ao trazer como um dos seus referências teóricos Pimenta, nos permite mais uma vez observar sua inquietação, ao mostrar-nos a relação entre a teoria e prática. Segundo Pimenta (2002), a formação docente não se estabelece apenas pela acumulação de cursos, de conhecimentos ou técnicas, mas por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de uma (re) construção permanente de uma identidade pessoal.

A importância da prática é uma constante no decorrer do artigo, esse é um trecho que esclarece isso:

Compreender o estágio curricular como um tempo destinado a um processo de ensino e de aprendizagem é reconhecer que, apesar da formação oferecida em sala de aula ser fundamental, só ela não é suficiente para formar e preparar os alunos para o pleno exercício de sua profissão. Faz-se necessária a inserção na realidade do cotidiano escolar para aprender com prática dos profissionais da docência (FELÍCIO; OLIVEIRA, 2008, p.221).

Através dos relatórios e discursos dos alunos analisados por Felício e Oliveira (2008), quatro elementos são pontuados enquanto aprendizagem construída no estágio curricular;

1. Potencial observador;
2. Reflexão em torno da própria prática;
3. Melhor compreensão da relação teoria-prática;
4. Interagir com profissionais no seu contexto de trabalho.

Nos diversos depoimentos dos alunos participantes do estudo de Felício e Oliveira (2008), a importância do estágio se manifesta apesar de todos os senões a seu respeito:

“(...) pudemos observar sua grande importância na formação de educadores, sua contribuição real e significativa.(...)”. – Sujeito 4

“(...) podemos vivenciar diversas didáticas, em diversas escolas, muitas realidades diferentes e métodos de ensino diversos. (...)”. – Sujeito 1

“(...) o estágio é uma das maneiras de se atualizar e refletir sobre as práticas de ensino utilizadas por outros profissionais. (...)” - Sujeito 7

“(...) Sem dúvida, tivemos experiências boas, que nos serviram de exemplo, e outras que também contribuíram, para que busquemos não cometer os mesmos erros. (...)” – Sujeito 4

“(...) após o estágio, o educador reflete sobre a realidade observada e, a partir disso, detecta as melhores maneiras de lecionar. (...)”. – Sujeito 1

“(...) Torna-se claro que, muitas vezes, nem sempre é possível aplicar os nossos ideais, visto que as normas serem seguidas dentro das instituições nos distanciam muita da real vontade de acertar (...)”. – Sujeito 3

“(...) Portanto, os momentos de estágio são imprescindíveis para qualquer profissão, até mesmo para que ele consiga definir se é realmente aquilo que deseja abraçar e desenvolver”. – Sujeito 5

Diante da colocação dos alunos, é notório que o estágio é indispensável para a formação do professor e a transitoriedade pelos diversos âmbitos escolares amplia o conhecimento, propiciando segurança e dinamismo para a futura atuação profissional.

Nessa perspectiva, saber o que estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ pensam sobre os estágios que realizam, em especial, no caso deste estudo, os estágios remunerados não obrigatório, representa mais uma oportunidade de produção de sentidos sobre essa importante etapa da formação docente.

III – SENTIDOS SOBRE OS ESTÁGIOS DURANTE O CURSO DE PEDAGOGIA

A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo (FREIRE, 1996, p.12).

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar e discutir os dados reunidos, através da aplicação do questionário, acerca dos sentidos atribuídos por estudantes do curso de Pedagogia da FE/UFRJ sobre o estágio não obrigatório (remunerado) e a sua formação docente. Para focalizar o estágio remunerado não obrigatório, consideraremos as impressões referentes também ao obrigatório, posto que os estudantes investigados para falarem de um fizeram referência ao outro.

Inicialmente, buscou-se saber quem dos respondentes atua como professor, considerando a possibilidade de ter cursado o Normal. Do grupo de 91 participantes, 23,37 % responderam que atuam como professores e 73,63 % responderam que não. Esse resultado deixa ver que o perfil dos estudantes do curso de Pedagogia é diferente daquele que prevaleceu em seu início, a partir dos anos 40, quando boa parte dos estudantes era egresso do curso Normal, tal como revela estudo de Cruz (2012).

Sobre em que etapa do curso se encontra, a pesquisa revelou que: 18,68 % dos respondentes estão entre o 1º e 4º período, 25,27% estão entre o 5º e 7º período e 56,04% estão entre o 8º e 10º período⁶.

No que diz respeito aos estágios realizados, apenas 8,79% concluíram os cinco estágios. A razão apresentada pelos respondentes, que se situam entre o 8º e 10º períodos, para mostrarem-se atrasados em relação ao desenvolvimento dos estágios refere-se ao trabalho em tempo integral, deixando para fazer o estágio obrigatório em período de férias ou deixando os estágios para o final do curso.

Quanto ao estágio remunerado não obrigatório, objeto de interesse deste trabalho, 31,87 % dos respondentes declararam que estão fazendo o estágio remunerado em oposição a 68,13% que não estão fazendo nenhum estágio remunerado.

⁶ O turno noturno do curso de Pedagogia da FE/UFRJ está organizado em 10 períodos, sendo um a mais que os turnos matutino e vespertino.

A razão para a realização de estágio remunerado não obrigatório pode ser agrupada em três alternativas: financeira, assinalada por 19,78%; experiência profissional, indicada por 24,47% e outro motivo, sinalizada pela maioria, 55,75%. Ainda que as razões sejam diversas, elas convergem em um aspecto que se volta para a necessidade de trabalho. Segundo Lüdke (2013),

O trabalho representa para todo indivíduo uma via fundamental de realização pessoal, talvez a mais importante, por ser por seu intermédio que cada indivíduo oferece sua contribuição à sociedade, ao mundo no qual vive (LÜDKE, 2013, p.122).

Ao serem indagados sobre o estágio que mais contribuiu para a futura prática profissional, se o supervisionado curricular obrigatório ou o remunerado não obrigatório, os depoentes se dividiram: 42,86% atribuíram mais valor ao estágio supervisionado curricular obrigatório e 47,25% ao remunerado não obrigatório.

A preferência pelo estágio não obrigatório remunerado, inicialmente obteve um percentual de quase 5% em relação ao estágio obrigatório. Ao responderem o questionário, os discentes assinalaram que sentem mais liberdade para executar as ações, as tarefas, as atividades, por se sentirem mais seguros, sem medo de falhas ou reprovações. Já no estágio obrigatório há um peso maior, por ser decisivo na aprovação da disciplina de prática, o sentimento de não poder errar faz com que o discente sinta a diferença entre os dois estágios. No remunerado há um atrativo que todos apontam: o financeiro, pois com essa remuneração recebida, podem assumir os custos da formação (passagem, lanches, mobilidade e etc). Assinalo que maior experiência profissional é algo significativo para os discentes, já que o dia a dia proporciona que muitos estagiários assumam o trabalho de professor em sala de aula na ausência do titular. Observo também que a escolha pelo segmento que irá atuar tem influência direta no período de estágio remunerado, apesar de alguns discentes ao ingressarem na faculdade já escolheram a modalidade que trabalharão futuramente, mas o estágio reforça essa convicção. Chama-me atenção o sentimento de autonomia que os discentes apontam como um diferencial, um preparo, um plus a mais na hora de sua atuação e desenvoltura em sala de aula como professor.

Interessada em saber sobre a importância atribuída ao estágio, independente do seu tipo, a análise dos dados permitiu depreender quatro aspectos – articulação

teoria/prática, vivência escolar, supervisão e crescimento pessoal, cujas falas transcritas no quadro a seguir servem de referência.

<u>Articulação</u> <u>Teoria/ prática</u>	<u>Vivência escolar</u>	<u>Supervisão</u>	<u>Crescimento pessoal</u>
<p>“Sem dúvida o obrigatório, pois existe a articulação entre a teoria e a prática, que a meu ver, promove um maior diálogo com a educação”.</p> <p>“Porque vejo como não recebo financeiramente pelo trabalho, fica mais claro associar a teoria com a prática”.</p> <p>“Você vai conhecer a sala de aula, e com a regência você irá ter uma base da sua prática”.</p> <p>“Acredito que é possível que o estágio obrigatório seja mais reflexivo pelo fato do professor de prática está orientando” .</p> <p>“Contribui para a prática docente, visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento da</p>	<p>“Porque através das vivências observadas posso aprender e utilizar bons exemplos para a minha prática.”</p> <p>“Ter contato direto e de fato com a realidade e o dia-a-dia faz toda diferença. Os estágios me fizeram refletir muito a respeito da docência”.</p>	<p>“O Estágio obrigatório é acompanhado por um professor que, geralmente, problematiza o cotidiano escolar na/em sala de aula”.</p>	<p>“Creio que esta experiência tem um enfoque de me colocar como aprendiz e não como “profissional com profícua experiência como no caso dos estágios remunerados”.</p>

<i>qualidade da função a exercer.”</i>			
--	--	--	--

Olhando especificamente para o estágio remunerado não obrigatório, as respostas obtidas sobre sua importância para a formação profissional podem ser classificadas em cinco aspectos, reveladores dos sentidos atribuídos. O quadro a seguir sumariza os dados obtidos.

<u>Preparação</u>	<u>Autonomia</u>	<u>Responsabilidade</u>	<u>Vinculação</u>	<u>Liberdade de escolha</u>
<i>“Pois no estágio remunerado fiquei mais do que um semestre. Fiz parte da turma participando desde o início do desenvolvimento dos alunos e sendo cobrada como profissional na área. Isso pode ser um problema, porém aprendi muito com as responsabilidades”.</i>	<i>“No estágio remunerado tinha autonomia para planejar e autorizar para mediar o que deveria ser ensinado. Já no estágio obrigatório não tinha participação no planejamento um mero telespectador da sala de aula”.</i>	<i>“Pelo fato de ser remunerado se tem mais responsabilidade, com horário, planos e normas”.</i> <i>“Retorno financeiro é um fator que me motivou a aprender e me preparar mais”.</i> <i>“Porque de fato são deixadas sob nossas responsabilidades atribuições de</i>	<i>“Porque no estágio remunerado nós assinamos um termo de trabalho, então com o vínculo há contato com a prática pedagógica”.</i> <i>“O compromisso de fazer as coisas bem é vinculado diretamente à remuneração. Aprende-se mais porque se exige</i>	<i>“Porque trabalho em áreas que o estágio obrigatório não é realizado. Ex: Ed. Especial, Pedagogia Empresarial”.</i> <i>“Atuei na área que pretendo trabalhar, que é supervisão e orientação pedagógica”.</i> <i>“Porque agrupou novos</i>

<p>“Porque eu fiz 3 anos de estágio remunerado, e hoje atuo como professora, e pude adquirir mais aprendizado fazendo o estágio remunerado que era todos os dias. Ir uma vez na escola só dá para observar e não vivenciar a realidade escolar”.</p> <p>“Para minha prática docente o estágio remunerado contribuiu de maneira mais significativa, pois consegui aprender praticando diretamente com o meu objeto de trabalho”.</p> <p>“Estágio remunerado, pois acompanho a turma do início ao fim durante todo o ano letivo, lidando com todos os problemas e conquistas da</p>	<p>“Porque tenho maior liberdade para intervir em alguma situação”.</p> <p>“O estágio remunerado possibilita maior liberdade de escolha (escola, segmento, etc.)”.</p> <p>“Mais autonomia para elaborar as aulas”.</p>	<p>Professor”.</p>	<p>mais”.</p>	<p>conhecimentos sobre diferentes formas de atuação do Pedagogo”.</p> <p>“Pois no estágio remunerado estou adquirindo experiência para atuar na área empresarial (RH)”.</p>
---	--	--------------------	---------------	---

<p><i>turma”.</i></p> <p><i>“Porque através do estágio remunerado eu pude definitivamente compreender as teorias aprendidas na faculdade, na prática”.</i></p>				
--	--	--	--	--

O sentido de **preparação** apareceu na maioria das falas dos respondentes como condição para uma atuação mais significativa. É importante salientar que quando fazemos o estágio obrigatório, recebemos a instrução dos professores do curso orientando que as atividades do estágio basicamente se resumem em observação, coparticipação e regência. Diferentemente, o estágio remunerado parece exigir mais do que observar, coparticipar e desenvolver uma aula. É certo que essas atividades são complexas e exigentes de muito investimento teórico-prático. Entretanto, a natureza do estágio remunerado não obrigatório coloca o estagiário no campo com responsabilidade de protagonista. Esse contexto oferece um preparo mais próximo do que é a prática em si e, em consequência, gera uma sensação de mais **autonomia**, outro sentido manifesto.

Um dos depoentes declarou o seguinte: *“Porque tenho maior liberdade para intervir em alguma situação”*. O estagiário pode ser também um colaborador do professor que o acolhe em sua sala de aula. Ele sente falta quando isto não ocorre. De um modo geral, existe uma expectativa maior em relação ao estágio supervisionado curricular obrigatório que, via de regra, é frustrada, enquanto no remunerado não obrigatório é potencializada. O fato é que é preciso acompanhar, planejar, participar, assumir responsabilidades junto ao professor regente e não ser apenas um *“(…) telespectador”*.

“No estágio remunerado tinha autonomia para planejar e autorização para mediar o que deveria ser ensinado. Já no estágio obrigatório não tinha participação no planejamento era um mero telespectador da sala de aula.”

O aluno chama atenção que em seu momento de estágio obrigatório era um “*mero telespectador*”, afirmando a preferência pelo estágio remunerado, por ter autonomia no espaço escolar, demonstrando mais segurança para sua futura prática como professor. Essas duas palavras “*mero telespectador*” soam como um desabafo, guiado apenas pela visão, frustrando-o como estagiário, sendo um momento não prazeroso e também de não pertencimento no contexto escolar.

O sentido da **responsabilidade** em relação à profissão parece mais forte no estágio remunerado não obrigatório, uma vez que diante da presença diária na instituição fica mais fácil estabelecer uma relação de pertencimento, o que se torna ainda mais potente com as tarefas assumidas. Um dos participantes deste estudo declarou que se sente parte integrante do ambiente escolar, mesmo reconhecendo que há uma inversão, sendo cobrado como profissional, que ainda não é, mas foi desta forma que ele aprendeu mais. “*Pois no estágio remunerado fiquei mais do que um semestre. Fiz parte da turma participando desde o início do desenvolvimento dos alunos e sendo cobrada como profissional na área. Isso pode ser um problema, porém aprendi muito com as responsabilidades*”.

É interessante que mesmo assinando um termo de compromisso que não estabelece vínculo empregatício, para alguns a ideia de **vinculação** é forte, funcionando como chancela de uma segurança de participação efetiva na vida docente. “*Porque no estágio remunerado nós assinamos um termo de trabalho, então com o vínculo há contato com a prática pedagógica*”.

Fica evidente que quando os discentes tem a oportunidade da **escolha do tipo de estágio (liberdade de escolha)**, eles se sentem mais a vontade. “*Atuei na área que pretendo trabalhar, que é, supervisão e orientação pedagógica.*”

Apono para uma problemática já sinalizada por Pimenta (1995), que se refere à reprodução das práticas modelos. De fato, onde essas escolas se situam? Será que essas práticas estão condizentes com o que se espera da prática profissional do pedagogo docente? Vejamos:

Mantido o conceito de prática como o de observação e reprodução de práticas modelares de ensinar, é de indagar onde estavam estas. Talvez nas escolas “modelo” ou “padrão” ou “de aplicação” que eventualmente poderiam ser tomadas como referência para a formação – mas nelas estavam as crianças originárias dos segmentos sociais

dominantes. A prática, portanto, consiste em reproduzir os modelos de ensino considerados eficazes para ensinar aquelas crianças que possuíam requisitos considerados adequados à aprendizagem. Tal “prática” culpabilizava a criança que não aprendia (a maioria) por seu próprio fracasso (PIMENTA,1995, p.60).

Esse é um ponto a ser considerado, uma vez que os estágios supervisionados curriculares obrigatórios são realizados em escolas que tem convênio com a UFRJ. A maioria são escolas públicas, logo havendo o contato direto com a realidade escolar, levando em consideração a diversidade daquele local. O Colégio de Aplicação é uma referência, pois além de infraestrutura adequada, materiais didáticos, e os recursos (DVD, Datashow, televisão, rádio), dentre outros, os professores trabalham exclusivamente naquele colégio que tem por finalidade ensino, pesquisa e extensão com formação continuada.

Buscando conhecer o papel exercido pelos estudantes no contexto do estágio remunerado não obrigatório, visando captar os sentidos que favorecem a formação profissional, foi solicitado que os respondentes indicassem o que fazem a partir de três alternativas: 36,26% indicaram coparticipação e planejamento de atividades educacionais; 27,47% sinalizaram observação de turma e acompanhamento individual ou em grupo com alunos que apresentam dificuldades no aprendizado; 23,08% apontaram regência de turma e realização de atividades administrativas. A análise das justificativas possibilitou a identificação de três sentidos atribuídos ao trabalho realizado durante esse estágio, tal como apresento no quadro a seguir:

<u>Aprender na prática</u>	<u>Maior experiência profissional</u>	<u>Conhecimento Acadêmico</u>
<i>“No estágio remunerado fui colocado na sala de aula como professor, e tive de aprender tudo através da necessidade”.</i>	<i>“Planejamento das atividades e os momentos de intervenção psicopedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem”.</i>	<i>“Me ajudaram na prática algumas teorias, coisas que no estágio obrigatório deixa a desejar”.</i>
<i>“Aprendi na prática a</i>	<i>“Porque aprendo a ter um</i>	<i>“Desenvolver métodos</i>

<p><i>experiência de sala de aula”.</i></p> <p><i>“A oportunidade de assumir turmas e desenvolver as atividades”.</i></p>	<p><i>domínio melhor na fala, postura e tudo mais, fora o dia-a-dia da escola”.</i></p> <p><i>“Porque era mediador de um aluno autista e, com isso, desenvolvi uma prática docente “diferenciada” em comparação ao estágio obrigatório”.</i></p> <p><i>“Planejei atividades educacionais com instrutores militares.”</i></p> <p><i>“Pois acompanhei muitas crianças especiais. Sinto falta de muitos temas abordando a educação especial na UFRJ. Dessa forma, com a prática aprendo muito sobre a educação especial.”</i></p> <p><i>“Planejamento e execução de cursos sobre didática para instrutores de treinamentos corporativos.”</i></p>	<p><i>pedagógicos que alcancem todos os alunos, independentemente de suas especificidades, para que consigam ter uma aprendizagem de qualidade.”</i></p>
---	--	--

Sobre a natureza da instituição de estágio, 29,67% realizam ou realizaram estágio remunerado em escola pública, 23,08% em escola privada e 7,9% em outro tipo de instituição.

No tocante à etapa ou modalidade de ensino, 29,67% atuam ou atuaram na Educação Infantil, 21,98% no Ensino Fundamental, 10,99% na Educação Especial, 2,20% na Educação de Jovens e Adultos e 2,20% na Pedagogia Empresarial.

Sobre as atividades que desenvolvem com mais recorrência, foi possível verificar a realização de aulas, na ausência do professor responsável pela turma, a elaboração de planejamentos de atividades de ensino, apoio à gestão da escola e trabalho de mediação com alunos com necessidades educativas especiais. O quadro a seguir apresenta as falas dos respondentes, evidenciando essa constatação:

<u>Regência</u>	<u>Planejamento</u>	<u>Atividades administrativas</u>	<u>Mediação</u>
<p>“Ministrar aulas na ausência da professora regente, atividades burocráticas, acompanhamento da turma nas aulas de música, teatro e artes, contribuições no planejamento”.</p> <p>“Durante o período de estágio remunerado na maioria das situações cobria as professoras em sala e acabava fazendo todas as obrigações. (reprender, orientar, auxiliar no ensino)”.</p>	<p>“Fui revisora do material metodológico da EAD da ENG – Marinha do Brasil”.</p> <p>“Elaboração das propostas (atividades) com base nas dificuldades dos alunos relacionando com as vivências do cotidiano”.</p> <p>“Trabalhei numa turma de crianças de 1 e 2 anos fazendo planejamento das atividades e montando na prática cada uma delas. O que é bem legal! Assim como poder criar. Tive a oportunidade de observá-</p>	<p>“Envio de e-mail, organização do material didático, comunicação com os alunos”.</p> <p>“Fazia um pouco de tudo, no setor de supervisão e orientação, desde acompanhar atendimento com os pais, até digitar bilhetes de recados, fazer atas de reunião”.</p>	<p>“Mediadora de um aluno autista”.</p> <p>“Acompanhamento em grupo com alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem”.</p> <p>“Auxílio da turma nas habilidades e acompanhamentos de um aluno com altas-habilidades.”</p> <p>“Auxílio ao aluno nos espaços pedagógicos; mediação nas atividades em sala e no convívio social; adaptação de currículo e das atividades</p>

	<p><i>los acompanhando o desenvolvimento de cada um, segundo os parâmetros avaliativos e de habilidades. Contando histórias e explorando a criatividade na educação infantil a partir das artes”.</i></p>		<p><i>pedagógicas”.</i></p>
--	---	--	-----------------------------

O relato dos discentes nas questões abertas demonstrou que a “*observação*” no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é indispensável para a realização das atividades propostas, em especial para a elaboração do relatório final, através do portfólio. Porém, mesmo reconhecendo a importância da observação, deixam ver certo incômodo em relação à passividade que cerca esse tipo de exercício, sobretudo quando não se sabe muito bem como fazê-lo. Observar o quê? Tudo? Com que finalidade? Registrar o quê? Tudo? Para quê? Sobre isto, Pimenta (1995) defende que:

O conteúdo da observação é variado: organização da escola, sala de professores, recreio, o conteúdo e a metodologia, o planejamento, relações professor-aluno, professor-coordenação, dificuldades de aprendizagem e de relacionamento das crianças etc. (PIMENTA, 1995, p.67).

Porém, nem sempre é fácil observar conteúdo tão vasto. Existem dificuldades, tal como aponta a própria autora:

Há vários problemas com essa atividade: nem sempre os professores aceitam ser observados; têm receio do relatório das alunas; nem sempre o retorno é feito sobre todas as observações, ficando, às vezes, superficial; nem sempre os professores do CEFAM conseguem trabalhar as observações trazidas, por falta de tempo, descompasso com o programa etc. (PIMENTA, 1995, p.67).

A dificuldade de tempo dos professores de estágio para trabalhar as observações realizadas pelos estagiários não foi um problema circunscrito ao CEFAM em São Paulo

(Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) como aponta Pimenta (1995), mas presente nos cursos de formação de professores, de um modo geral, e no de Pedagogia da FE/UFRJ, segundo sinalizaram os participantes deste estudo.

Noto que os discentes anseiam por um estágio mais participativo, favorecendo uma maior interação, seja com os professores regentes, seja com o ambiente escolar, de modo que não sejam tratados como “(...) *telespectadores*”, ficando apenas no canto do fundo da sala de aula.

No entanto, todos os discentes confirmam a importância do estágio para sua formação. Eles relacionam diretamente com a prática e com a vivência escolar. O estágio é esse momento de analisar a realidade e com aporte teórico pensar a melhor forma de intervir, é o confronto com a realidade.

A relação entre teoria e prática é apresentada pelos respondentes como o aspecto de maior importância dos estágios, tanto obrigatório quanto o não obrigatório. Vejamos as falas a seguir:

“Sem dúvida o obrigatório, pois existe a articulação entre a teoria e a prática, que, a meu ver, promove um maior diálogo com a educação”.

“Porque através do estágio remunerado eu pude definitivamente compreender, na prática, as teorias aprendidas na faculdade”.

“Porque eu fiz três anos de estágio remunerado, e hoje atuo como professora, e pude adquirir mais aprendizado fazendo o estágio remunerado que era todos os dias. Ir uma vez à escola só dá para observar e não vivenciar a realidade escolar”.

Assim, fica claro que a teoria e a prática são indissociáveis, conforme já abordado nos capítulos anteriores. Pimenta e Gonçalves (1990) apontam que a finalidade do estágio é a de promover ao aluno uma *aproximação à realidade* na qual atuará. Assim as autoras defendem uma nova maneira, uma redefinição do estágio que deve trilhar para a reflexão, a partir da realidade e não algo apenas burocrático para cumprir a carga horária exigida para a conclusão do curso. É de suma importância que essa prática realizada dê condições para sua atuação profissional, vejamos;

Os lugares da prática educativa, as escolas e outras instâncias existentes num tempo e num espaço, são o campo de atuação dos professores (os já formados e os em formação). O conhecimento e a

interpretação desse real existente serão o ponto de partida dos cursos de formação, uma vez que se trata de possibilitar aos futuros professores as condições e os saberes necessários para sua atuação profissional (PIMENTA e LIMA, 2005/2006, p.20).

Segundo Rodrigues (2013) O enorme desafio é tornar o estágio essa parte atraente, motivadora da formação docente e não uma tortura. Portanto, todos os envolvidos neste processo precisam estar em sintonia: professores da disciplina, professores regentes, os discentes/estagiários, amparado pelas escolas, instituições e universidades para assim tornar-se um lugar capaz à realização do ofício da docência.

O estágio é esse momento de reflexão, do pensar e repensar das práticas, sempre buscando melhores estratégias para as tomadas de decisões que aparecem no dia-a-dia da escola, não há uma “receita de bolo”, algo pronto, um manual, um passo-a-passo para todos os problemas que surgem, e sim uma busca constante por soluções com coerência e ética.

Não podemos continuar com a herança do estágio em que se treinava para uma atuação profissional, sem ao menos uma reflexão, sendo um mero repetidor, tal como discute Mendes (2006 apud MACIEL; MENDES, 2010):

(...) questiona-se o caráter fragmentado e burocrático das atividades de estágio, cujo formato investe numa técnica, possibilitando apenas o domínio de limitado conhecimento instrumental sobre o fazer docente (MENDES, 2006, apud, MACIEL e MENDES, 2010, p.3).

Mais uma vez ganha relevância a consideração de que a teoria e a prática são indissociáveis e a realização do estágio deve evidenciar isso. Esta prática formativa deve dar condição para que o futuro professor compreenda a docência como profissão que se concretiza em espaço e tempo determinado.

Isto posto, entendemos que o dia-a-dia do ambiente escolar tem passado por mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, características do mundo contemporâneo. Tais transformações intervêm na prática do futuro docente e denotam que é imperativo o processo formativo que dê conta da atual demanda de um profissional crítico, reflexivo e capaz de concretizar mudanças e adequações que forem necessárias à sua prática pedagógica.

Desta forma, o estágio seja ele obrigatório ou não deve ser um momento privilegiado para compreender a complexidade da profissão. O discente/estagiário e

futuro professor precisa enfrentar os desafios da profissão e sobre eles conjecturar, de tal modo que comece a desenvolver ações sobre seu trabalho, (metodologia, conteúdo, avaliação), pensando em novas formas de favorecer a aprendizagem do aluno, dialogando com sua realidade, de forma a buscar uma melhora contínua no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a prática reflexiva representa uma estratégia possível, podendo dar mais visibilidade ao conhecimento da prática produzido pelo professor. Embora sejam fortes as críticas em torno dessa ideia, visto a possibilidade de cair em um “praticismo”, não se pode negar que as escolas, a educação e, conseqüentemente, a formação docente ganharão se reconhecerem e valorizarem o professor como produtor de conhecimento. Segundo Zeichner:

Apesar de tudo o que se diz sobre a emancipação dos professores, ainda hoje assistimos à falta de respeito pelos conhecimentos práticos dos bons professores por parte de investigadores que procuram definir uma base de conhecimento para o ensino sem os ouvir (ZEICHNER,1993, p.16).

Zeichner (1993) aponta que há muita confusão sobre o significado do termo reflexão no contexto do professor reflexivo e do ensino de qualidade. Para ele:

Reflexão também significa o reconhecimento de que a produção de conhecimento sobre o que é um *ensino de qualidade* não é propriedade exclusiva das universidades e centros de investigação e desenvolvimento e de que os professores também têm teorias que podem contribuir para uma base cotidiana de conhecimentos do ensino (ZEICHNER,1993, p.16).

O professor é o que está no chão da sala de aula, diante da realidade e das dificuldades apresentadas pelos alunos, conhece quais os projetos, métodos que estão dando certo ou não. Há, portanto, uma pluralidade de cultura e conhecimento que precisamos respeitar. Portanto, os professores são capazes de desenvolver o seu trabalho de maneira a intervir nos problemas existentes, mediando, ouvindo e se posicionando em favor do seu objetivo principal: a aprendizagem dos alunos.

O conceito de professor como prático reflexivo reconhece a riqueza da experiência que reside na prática dos bons professores. Na perspectiva de cada professor, significa que o processo de compreensão e

melhoria do seu ensino deve começar pela reflexão sobre a sua própria experiência e que tipo de saber inteiramente tirado da experiência dos outros (mesmo de outros professores) é, no melhor dos casos, pobre e, no pior, uma ilusão (ZEICHNER,1993,p.17).

Nesse sentido o professor reflexivo também aprende a partir da experiência do outro professor, fortalecendo a prática, diante dos pontos positivos e negativos da educação que surgem no cotidiano. Zeichner menciona John Dewey em seu texto, que faz uma importante distinção entre o ato humano que é reflexivo e o que é rotina. Notemos:

Segundo Dewey, o acto de rotina é, sobretudo, guiado pelo impulso, tradição e autoridade. Nas escolas, incluindo as universidades, existem uma ou mais definições da realidade, de acordo como as quais se definem os problemas, as metas e os objectivos. Enquanto as coisas prosseguem sem grandes rupturas, esta realidade é percebida como não apresentando qualquer problema. O modo como cada professor vê a realidade serve de barreira, impedindo-o de reconhecer e experimentar pontos de vista alternativos (ZEICHNER,1993,p.18).

Diante dessa explanação, consigo perceber que o professor que não reflete sobre o ensino aceita facilmente o que lhe é ordenado, nem sempre atendendo a realidade. Desta forma; “(...) *perdem muitas vezes de vista as metas e os objectivos para os quais trabalham, tornando-se meros agentes de terceiros*” (ZEICHNER,1993,p.18). É preciso ter um olhar holístico, pois para cada problema existente há soluções distintas e as várias maneiras de abordagens precisam estar em consonância com a prática, assim “(...) *Os professores não reflexivos aceitam automaticamente o ponto de vista normalmente dominante numa dada situação*” (ZEICHNER,1993,p.18).

Compreendo que ser um professor reflexivo não é fácil, uma vez que a realidade escolar possui várias limitações e a sala de aula é um ambiente imprevisível, ligeiro, fazendo com que os professores sejam rápidos em suas tomadas de decisões. Sobre isto, Zeichner diz que:

(...) limitações institucionais, tais como a falta de tempo, alunos a mais e a pressão para se cumprir um dado currículo num determinado período de tempo, que moldam e limitam as acções dos professores. Referiu-se muitas vezes que os professores não têm tempo para refletir devido à necessidade de acções rápidas num ambiente limitado (ZEICHNER,1993,p.19).

Concluo assim que, tanto a produção de conhecimento pela Universidade quanto pelo professor é de grande relevância para uma prática com menos enganos e mais certezas. Pois, apesar do acúmulo de discussão teórica e prática a respeito do trabalho docente, ainda nos deparamos com realidades precárias em relação à afirmação do protagonismo docente em relação ao processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, o estágio é peça-chave da/na formação docente e deve ser assumido por professores e alunos, Universidade e Escola Básica, currículo obrigatório e não obrigatório como uma oportunidade singular para uma formação com sentido, voltada para prática, que articula teoria e prática e que faz da reflexão um componente de afirmação da práxis pedagógica.

CONCLUSÃO

Através do questionário aplicado e das respostas obtidas, tanto nas questões de múltiplas escolhas, quanto nas questões abertas, o ponto fundamental de reflexão é que por meio do estágio se revela o contato direto com a atuação em sala de aula e nos diversos âmbitos escolares do futuro Pedagogo.

Fica evidente que necessitamos de mudanças no currículo, assim como na relação que o estagiário estabelece com o estágio. Fico a pensar que é preciso rever o estágio obrigatório, mediante os problemas que ele apresenta, constatados nos relatos dos discentes, para assim tornarmos o curso de Pedagogia da FE/UFRJ mais próximo à realidade escolar atual. Ao contrário do estágio supervisionado curricular obrigatório, os discentes apontam que o estágio remunerado não obrigatório contribui mais para a formação, pois há um nível de aprendizado e realizações de ações pertinentes à futura prática profissional. Nesse sentido, o que podemos fazer para redimensionar os estágios supervisionados curriculares obrigatórios, de modo que eles cumpram mais eficazmente esse papel?

Assinalo que a discussão sobre a formação de professores, nas duas últimas décadas, foi se intensificando pela necessidade de se idealizar uma formação que cumpra às requisições do mundo contemporâneo. Nesse processo, o estágio supervisionado curricular obrigatório na formação inicial atrai olhares porque representa o componente curricular que mais facilmente pode estabelecer a necessária articulação entre teoria e prática e desenvolver as habilidades necessárias à docência. Através deste estudo, pude comprovar como essa articulação é imprescindível.

Diante da obrigatoriedade, o estágio supervisionado curricular, através de seus professores, precisa oferecer um feedback mais rápido ao estagiário, com o intuito de demarcar as aprendizagens construídas, tal como verificamos entre os participantes desta pesquisa.

Um ponto indispensável nessa transformação é entender que as mudanças na educação só serão possíveis se houver outro olhar para uma formação reflexiva de professores formadores. Precisamos entender nossa função de pedagogo docente e refletirmos sobre nossas práticas constantemente, se estão adequadas à realidade escolar e o que podemos colaborar para essa nova realidade.

Permito-me afiançar a defesa do tema estágio, visto sua relevância para a atuação profissional, independente de ser o estágio obrigatório ou estágio remunerado. Ambos precisam de uma atenção maior, pois apresentam contribuição essencial na formação de professores.

A partir da caminhada que vem sendo percorrida pelo curso de Pedagogia da FE/UFRJ, no que se refere ao estágio, podemos verificar avanços nas aprendizagens construídas pelos alunos, constatadas nas respostas descritas, colhidas através da aplicação do questionário. Pelos relatos dos discentes sobre o estágio, esse momento ultrapassa a dimensão técnico-aplicacionista ou a mera preocupação com o cumprimento da carga horária exigida, apesar dos vários obstáculos enfrentados para a sua realização, tais como a realidade de muitos discentes que não conseguem conciliar sua rotina e tempo adequado para o seu desenvolvimento.

Com base nas respostas obtidas com o questionário aplicado, concluo que a proposta de estágio supervisionado do curso de Pedagogia da FE/UFRJ é favorável à realização de uma prática reflexiva, mas que a mesma não tem sido colocada efetivamente em prática, diante das dificuldades constatadas pelos discentes ao longo da pesquisa.

Está claro que para os discentes o estágio é entendido como um espaço de aprendizagem, um campo do conhecimento a ser pesquisado. Entretanto, analisando as escritas dos discentes fica evidente que precisa ser intensificado, especialmente nas demais disciplinas do curso. Comungo da opinião dos discentes quando defendo que a escola e os demais campos de atuação do pedagogo devem servir de base para aprofundamento teórico durante todo o curso.

O conhecimento que construí ao longo deste trabalho, pesquisando e interagindo, dialogando sobre o meu tema foram de suma importância nas descobertas e possíveis aplicabilidades em toda a minha trajetória como professora/pedagoga. Também servirão de base para estudos posteriores, visando dar continuidade ao que aqui foi iniciado. Será possível também o investimento acadêmico sobre novas questões que emergiram ao longo desta pesquisa, ficando como pré-seleção dos assuntos que cuidarei e darei um tratamento adequado para gerar novas práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 21 /2001**. Dispões sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_212001.pdf>.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 15 de Maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073 - de 30 de janeiro de 1942 - pub. clbr 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>.

COMBESSIE, J. C. **O método em sociologia** - O que é, como se faz. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

CRUZ, G. B. da. Teoria e Prática no curso de Pedagogia. **Educação em Pesquisa**, USP, 2012.

BALL, D. & COHEN, D. Developing practice, developing practitioners: Toward a practice-based theory of professional education. In: L. Darling Hammond & G. Sykes (Eds). **Teaching as the learding profession**. San Francisco: Jossey – bass, p. 3-32, 1999.

FELÍCIO, H. M. S.; OLIVEIRA, R. A. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar**, Curitiba, n. 32, p. 215-232, 2008. Editora UFPR.

FIORENTINI, D. A pesquisa e as práticas de formação de professores de matemática em face das políticas públicas no Brasil. **Bolema**, Rio Claro: UNESP, ano 21, n. 29, 2008, p. 43-70.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.113, p. 1-14, out.-dez. 2010.

GONÇALVES, C. L. e PIMENTA, S. G. **Reverendo o ensino de 2º Grau, propondo a formação de professor**. São Paulo: Cortez, 1990.

JOAQUIM, N. de F., VILAS BOAS, A. A., CARRIERI, A.de P.. Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?. **Edu. Pesqui.** São Paulo, v. 39, n. 2, p. 351-365, abr.-jun. 2013.

LÜDKE, M. O Lugar do estágio na formação de professores. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 1, p.111-133, jan.-jun. 2013.

MACIEL, E. M.; MENDES, B. M. M. O Estágio supervisionado na formação inicial: algumas considerações. **Anais. GT-02- VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI** – 2010.

MILANESI, I. Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 209-227, out.-dez. 2012. Editora UFRP.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis** ,v.3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006.

PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O estágio na formação de professores: Unidade entre teoria e prática? **Cad. Pesq.** São Paulo, n. 94, p. 58-73, ago. 1995.

_____. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?**. São Paulo: Cortez, 1994.

RODRIGUES, M. A. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, out.-dez. 2013.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, jan./fev./mar./abr.2000.

ZEICHNER, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdade e universidades. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 479-504, set.-dez. 2010.

_____. O professor como prático reflexivo. In: ZEICHNER, K. A formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas. **Educa Professores**, 1993, p. 13-28.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO: PEDAGOGIA
TURNO: _____

Questionário

1) Você já atua como professor (a)?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	—
2) Você está em qual período do curso de Pedagogia?	<input type="checkbox"/> 1-4	<input type="checkbox"/> 5-7	<input type="checkbox"/> 8-10
3) Você já finalizou os 5 (cinco) Estágios obrigatórios do curso de Pedagogia?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	—
4) No momento você está fazendo algum Estágio remunerado (não-obrigatório) ?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	—
5) Se você respondeu afirmativamente a questão anterior, qual é a sua motivação para fazer o Estágio remunerado?	<input type="checkbox"/> Financeiro	<input type="checkbox"/> Maior experiência Profissional	<input type="checkbox"/> Outro motivo (Descreva abaixo) _____ _____ _____
6) Na sua avaliação, qual tipo de Estágio contribuiu e/ou contribui mais diretamente para a sua futura prática docente? Por quê? _____ _____ _____	<input type="checkbox"/> Estágio Obrigatório	<input type="checkbox"/> Estágio Remunerado	—

<p>7) Quais as funções que você desenvolve e/ou desenvolveu no Estágio não-obrigatório (remunerado) que, no seu entender, ajudarão na sua futura prática docente.</p> <p>Por quê?</p> <hr/> <hr/>	<input type="checkbox"/> Coparticipação e Planejamento de atividades educacionais.	<input type="checkbox"/> Observação de turma e acompanhamento individual ou em grupo com alunos que apresentam dificuldades no aprendizado.	<input type="checkbox"/> Regência de turma e realização de atividades administrativas.	
<p>8) Seu estágio remunerado foi feito em uma escola:</p>	<input type="checkbox"/> Pública	<input type="checkbox"/> Privada	<input type="checkbox"/> Outra instituição de ensino	
<p>9) Em qual etapa ou modalidade de ensino você atuou como estagiário (Remunerado)?</p>	<input type="checkbox"/> Ed. Infantil	<input type="checkbox"/> Ed. Fundamental	<input type="checkbox"/> EJA	<input type="checkbox"/> Ed. Especial
<p>10) Descreva o que você fez e/ou faz no Estágio remunerado não-obrigatório:</p>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>			